Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Direito Comercial II
Regência do Professor Doutor Luís Menezes Leitão
Exame de Época Especial de 05.09.2025 / TA

CrITÉrios de Correção:

Responda de forma sucinta, mas fundamentada, às seguintes questões:

1. Pronuncie-se sobre a validade das estipulações relativas às entradas dos sócios da “Regresso ao *vintage*, S.A.” (8v).

- Definição e contextualização da obrigação de entrada (artigo 20.º, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais) e explicação da sua importância para a constituição do capital social e a através deste (ou das normas que ao capital social dizem respeito) a proteção dos credores;
- Explicar os requisitos do contrato de sociedade quanto às entradas, em especial artigos 9.º, 1, g) e h), 25.º, número 1 e 4, e 298.º;
- (i) Entrada de **António** e **Bruno**: Qualificação da entrada como *entrada em dinheiro*; Regra geral sobre as entradas (em dinheiro); Estava em causa o diferimento da totalidade; Onde, não seria admissível tal diferimento, nos termos dos artigos 26.º e 277.º, número 2; Também, estava em causa a sujeição da realização da entrada a uma condição, inadmissível nos termos do artigo 285.º; Ainda, deveria ser afirmado que não há problema no valor real ser superior ao valor nominal, nos termos do artigo 25.º;
- (ii) Entrada de **Carla**: O usufruto corresponde a uma entrada com um bem diferente de dinheiro; Onde, poder-se-ia discutir se estaríamos diante de uma entrada em espécie subsumível no artigo 28.º do CSC, devendo ocorrer avaliação pelo ROC;
- (iii) Entrada de **Diogo**: o conjunto de ações é uma entrada em espécie porquanto constitui uma entrada com um bem diferente de dinheiro; Também haveria que passar pela sindicância do ROC, nos termos do artigo 28.º do CSC;
- (iv) Entrada de **Emílio**: Qualificar as calças como uma entrada em espécie, também subsumível ao artigo 28.º do CSC; Problematizar se a “experiência” de **Emílio** corresponde a uma entrada em espécie, podendo ser qualificado como um *know how*. Deve ser discutida a autonomia do mesmo em relação a **Emílio**; Discutir a qualificação desta entrada como entrada em espécie; analisar a questão da penhorabilidade e avaliação económica à luz do artigo 20.º, alínea a) do CSC, e da Diretriz; Diferença entre entradas em espécie e entradas em indústria; Explicar a proibição das entradas em indústria, nos termos do artigo 277.º, número 1 do CSC; Qualificando como entrada em espécie, é importante explicar a subsunção ao artigo 28.º do CSC; Também, em coerência com a

Duração: 1 hora e 30 minutos Cotação máxima: 20 valores

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Direito Comercial II
Regência do Professor Doutor Luís Menezes Leitão
Exame de Época Especial de 05.09.2025 / TA

resposta, explicar se existe problema de o valor real ser inferior ao valor nominal, nos termos do artigo 25.º do CSC.

2. Analise as decisões de Felisberto e como podem os sócios reagir (6v).

- *Doações decididas*: estava em causa a liberalidade praticada pela sociedade; Analisar o artigo 6.º do CSC e explicar o problema da capacidade jurídica das sociedades comerciais; Assim, haveria que analisar o artigo 6.º, n.º 2 do CSC, em particular: (i) a usualidade segundo as circunstâncias da época; (ii) a usualidade atendendo às condições da própria sociedade. Quanto à ponderação de **Felisberto**, equacionar se a doação perde a relação com o fim da sociedade por não ser publicitada e analisar a argumentação sobre “o que interessa é a intenção”. Em consequência, questionar se a Sociedade apresentava condições que justificassem a concessão de tal doação e explicar as consequências; Em consequência, afirmar se pode existir um problema de capacidade ou um problema de responsabilização de **Felisberto**. Se o aluno considerar que a doação pode implicar um problema da responsabilidade do administrador, analisar o artigo 72.º e a aplicabilidade do artigo 72.º, número 2 do CSC, ao caso concreto; Valoriza-se a coerência do aluno na argumentação.
- *Decisão sobre investimentos falhados*: ponderar a responsabilização de **Felisberto**, nos termos do artigo 72.º do CSC; Ponderar o preenchimento, em especial, dos pressupostos do facto ilícito e da culpa; Explicar a relevância de “os tempos não estarem fáceis” e a importância do risco nas decisões dos administradores; Ponderar a aplicabilidade do artigo 72.º, número 2 do CSC, ao caso concreto.
- Seria valorizada a explicação do regime da destituição dos administradores, ponderando ou afastando a possibilidade de uma eventual destituição de **Felisberto**, nos termos do artigo 403.º do CSC.

3. António pretende invalidar a deliberação realizada em sede de assembleia geral e argumenta que, efetivando-se esta alteração, não tem outra hipótese se não se afastar da sociedade, visto já não se identificar com o projeto. *Quid iuris?* (6v).

- Problema de invalidade da deliberação e falta de convocação, nos termos do artigo 56.º, alínea b), do Código das Sociedades Comerciais; Explicar as regras de convocação das assembleias, nos termos do artigo 377.º do CSC.

Duração: 1 hora e 30 minutos Cotação máxima: 20 valores

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Direito Comercial II
Regência do Professor Doutor Luís Menezes Leitão
Exame de Época Especial de 05.09.2025 / TA

- Caso, ainda assim, se concluísse pela suscetibilidade da deliberação respeitar as regras procedimentais aplicáveis, ponderação sobre a potencial existência de deliberação abusiva por via do art. 58.º/1/b) do CSC, com enunciação do sentido e funcionamento da norma.
- *Exoneração de António*: Enunciação dos caracteres fundamentais da exoneração dos sócios, contrapondo, nomeadamente, com o direito à exclusão do sócio. Existência de regras comuns para a exoneração, como por exemplo os artigos 45.º, 3.º, número 5, 105.º, 120.º, 137.º e 161.º, número 5 do CSC. Ao contrário do que sucede nas sociedades por quotas, nos termos do artigo 240º, não existe regra expressa que permita, em geral, a exoneração do sócio ou, em concreto, a respetiva suscetibilidade na situação de alteração do contrato de sociedade contra a sua vontade. Enunciação das diversas posições doutrinárias sobre a suscetibilidade de exoneração do sócio nas sociedades anónimas, em especial, por contraposição com ao princípio da livre transmissibilidade de ações (artigo 328.º) e da amortização de ações (artigo 347.º). Caso se conclua pela respetiva admissibilidade, enunciação das regras relativas ao cálculo das contrapartidas a pagar ao sócio.